



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO PGE Nº 2839  
2010.

DE 14 DE JULHO DE

### ALTERA A MINUTA-PADRÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS. (P-03/09).

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº E-14/3051/2008;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Ficam alteradas as cláusulas 1.1, 6, 9.4.1, 9.4.3, 9.4.4, 10.2.4, 11.17 alíneas “d” e “e”, 13.1, 14.2, 15.7, 15.8 e 20.3 da Minuta-Padrão aprovada pela Resolução PGE nº 2599, de 30 de março de 2009, que passam a ter a seguinte redação:

“**1.1** O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio (ÓRGÃO), torna público que, devidamente autorizada por/pelo \_\_\_\_\_, às fls.\_\_\_\_\_ do processo administrativo nº \_\_\_\_\_, fará realizar no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/200\_\_\_\_, às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas, no \_\_\_\_\_, situado no/à \_\_\_\_\_, licitação na modalidade de **Concorrência** do tipo **menor preço** e regime de empreitada \_\_\_\_\_ (**VER NOTA 1**), que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar n.º 123, de 14.12.06, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80 e **Decreto n.º 42.445, de 04.05.10**, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, normas estas que os Licitantes e interessados declaram conhecer”.

## **“6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO (VER NOTAS 5, 5.1 e 6)**

**6.1** Poderão participar da presente Concorrência todas as empresas interessadas, que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital.

**6.2** Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública Estadual, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

**6.3** Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

**6.4** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.”

**“9.4.1** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, admitir-se-á atualização dos valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancete ou balanços provisórios”.

**“9.4.3** Comprovação de ser dotada, na data de apresentação da proposta, de \_\_\_\_\_ no valor de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), admitida a atualização na forma do art. 31, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93. **(VER NOTA 12)**”

**“9.4.4** Comprovação por meio do balanço apresentado na forma do item 9.4.1, de que possui: **(VER NOTA 13)**”

“**10.2.4** Na forma do disposto no § único, do art. 1º, do Decreto n.º 42.445, de 04.05.10, na planilha orçamentária todos os itens deverão ser objeto de composição detalhada, especificando os preços unitários e quantidades de materiais, mão de obra, equipamentos, despesas indiretas e/ou quaisquer outros insumos que tenham sido considerados por ocasião da fixação do preço unitário”.

“**11.17** O Licitante terá sua proposta de preços desclassificada, nas seguintes hipóteses:

(...)

d) ultrapassar o preço global estimado no item 5.1;

e) se o preço unitário ultrapassar os limites admitidos no orçamento estimado, na forma do previsto no Decreto n.º 42.445, de 04.05.10; **(VER NOTA 18)**”.

“**13.1** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de até \_\_\_\_ % – a ser prestada em qualquer das modalidades e limites de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93 - a ser restituída após sua execução satisfatória”.

“**15.7** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da \_\_\_\_\_, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo \_\_\_\_\_ (INDICAR ÍNDICE SETORIAL QUE NÃO A TR), que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, X, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001**(VER NOTA 21)**”.

“**15.8** O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos, desde que devidamente justificados e previamente aprovados pela fiscalização e ratificado pela \_\_\_\_\_ (AUTORIDADE SUPERIOR) será feito com base no custo unitário constante do Sistema

EMOP. Os itens novos não constantes do Sistema EMOP terão seus preços limitados aos indicados nos sistemas de orçamentação de obras ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados.”

**“20.3** O licitante contratado deverá providenciar, quando for o caso, as ART’s referente(s) ao Projeto Executivo (com anotações dos responsáveis pela elaboração da Planilha Orçamentária e dos Desenhos/Projetos elaborados), com guia(s) de recolhimento quitada(s), de forma a garantir a responsabilidade técnica pela sua elaboração e execução, que serão anexadas ao processo administrativo (Lei Federal 6.496/77, Lei Federal 5.194/66 e Res. CONFEA 361/91). **(VER NOTA 25)**”

Art. 2º - Ficam alteradas as notas explicativas nºs 5, 12, 21 e 24 da Minuta-Padrão aprovada pela Resolução PGE nº 2599, de 30 de março de 2009, que passam a ter a seguinte redação:

**“5)** Quando admitida a participação de empresas em consórcio, as cláusulas terão a seguinte redação:

**6.5** Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, obedecidas as seguintes regras:

**6.5.1** As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, no qual deverá estar indicada a empresa líder, como responsável principal perante o Estado (empresa, ou órgão idealizador da licitação), pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação de Juízo.

**6.5.2** No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.

**6.5.3** Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, mediante a apresentação da documentação comprobatória, a sua Habilitação Jurídica, a sua Qualificação Técnica, a sua Qualificação Econômico-Financeira e a sua Regularidade Fiscal, observado o disposto na cláusula 6.5.3.1.

**6.5.3.1** As empresas consorciadas poderão somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo neste edital. **(VER NOTA 6)**

**6.5.4** As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da concorrência, nem mediante a participação em qualquer outro consórcio

**“12)** O § 3º do Art. 31 da Lei Federal 8.666/93, não permite que se exija valor superior a 10% do estimado para a contratação. Deverá o edital esclarecer, no caso concreto, se será exigido: (i) capital social; (ii) ou o patrimônio líquido mínimo”.

**“21)** O índice de reajuste previsto no edital e no contrato administrativo deve ser setorial, refletindo a variação dos custos e insumos daquele segmento específico. Somente é admissível a adoção de um índice geral quando inexistir índice setorial. O prazo de 12 (doze) meses para início do cômputo do reajuste começa a contar: (i) da data da apresentação da proposta; (ii) ou do orçamento a que esta referir, consoante expressamente previsto no art. 40, XI da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e na Lei nº 10.192, de 14.02.2001, cabendo ao edital fixar uma delas. Não é cabível o reajuste se não há previsão expressa no edital e no contrato administrativo (Enunciado 14-PGE). Pode, também, ser prevista fórmula específica para cálculo de reajuste anual, como as duas abaixo transcritas:

**a-)**

PR= (IM/IO) X PO onde:

PR - preço unitário após o reajustamento estabelecido;

IM - índice mensal relativo ao 12º mês contado da assinatura do contrato;

IO - índice relativo ao mês da data base do orçamento;

PO - Preço Unitário contratual;

**b-)**

$$R = \frac{I - I_o}{I_o} \times P_o$$

**Onde:**

**R** = Valor do reajustamento

**Io** = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, referente aos serviços especificados e relativo ao mês de apresentação da proposta.

**I** = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, referente aos serviços especificados e relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a apresentação da proposta.

**Po** = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma Licitante”.

**“24)** A subcontratação só é admissível quando expressamente prevista no edital e no contrato, vedado fazê-lo em relação a toda a obra (Art. 72 da Lei 8.666/93). Devem ser justificadas pela área técnica as parcelas a serem objeto de subcontratação. Quando admitida a subcontratação, a cláusula deverá ter a seguinte redação:

## **19 - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1** Só será admitida a subcontratação de partes da obra que contemplem os seguintes serviços:

**19.2** A subcontratação será admitida mediante prévia autorização da ..... As consultas deverão vir acompanhadas da qualificação técnica da empresa subcontratada.

**19.3** Os pagamentos aos sub-contratados serão realizados diretamente pelos contratados, ficando vedada a emissão de empenho do contratante diretamente aos sub-contratados, ressalvada a hipótese dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06.

**19.4** A subcontratação não altera a responsabilidade da CONTRATADA, que continuará integral e solidariamente responsável perante à .....

**19.5** A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pela CONTRATADA.

Caso seja vedada a subcontratação, a cláusula deverá ter a seguinte redação:

**“19** Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato”

Art. 3º - Ficam acrescidas as notas explicativas nºs 10.1 e 25 da Minuta-Padrão aprovada pela Resolução PGE nº 2599, de 30 de março de 2009, com as seguintes redações:

**“10.1)** No caso dos atestados de capacidade operacional, a que se refere a cláusula 9.3.4, sugere-se seguir a orientação do TCU (Acórdão 2.215/08, 1.284/03 e 2.088/04 e TCE-RJ n.º 223.964-5/07) no sentido de que a comprovação de experiência não supere o percentual de 50% (cinquenta por cento). Qualquer percentual acima de 50% deverá ser devidamente justificado no processo administrativo”.

“**25)** Deverá ser providenciada no processo administrativo a ART referente ao Projeto Básico, inclusive o orçamento, com guia de recolhimento quitada, a teor da orientação do TCE-RJ no processo n.º 107.625-6/09”.

Art. 4º - Ficam **suprimidas as cláusulas 10.2.10 e 15.8.1** da Minuta-Padrão aprovada pela Resolução PGE nº 2599, de 30 de março de 2009.

Art. 5º - Remetam-se cópias às Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta.

Art. 6º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2010.

**(ORIGINAL ASSINADO)**  
LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES  
Procuradora-Geral do Estado